



LEI 207/2002.

FUNPREVI

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY

CERTIDÃO

CERTIFICO em virtude da Faculdade que me é conferida, que a cópia do (s) 207/02 foi PUBLICADA no quadro de avisos no Hall de entrada desta Prefeitura no período de 19/06/02 a 10/07/02.
O referido é verdade.

Iguaracy 10 de 07 de 2002

Assinatura mt. 356.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



TÍTULO I		
CAPÍTULO I	- DO OBJETO	3
CAPÍTULO II	- DA LEGISLAÇÃO, SEDE E FORO	3
CAPÍTULO III	- DOS PRINCÍPIOS	3
CAPÍTULO IV	- DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA.....	5
CAPÍTULO V	- DOS BENEFICIÁRIOS	6
- Seção I	- Dos segurados	6
- Seção II	- Dos dependentes	7
CAPÍTULO VI -	- DOS BENEFÍCIOS	8
- Seção I	- Da aposentadoria por invalidez	8
- Seção II	- Da aposentadoria voluntária por idade	10
- Seção III	- Da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição	10
- Seção IV	- Da aposentadoria compulsória	12
- Seção V	- Da aposentadoria especial do professor	12
- Seção VI	- Do Auxílio-Doença	13
- Seção VII	- Do Abono Anual	13
- Seção VIII	- Do Salário Família	15
- Seção IX	- Do Salário Maternidade	15
- Seção X	- Da Pensão por Morte	16
- Seção XI	- Do Auxílio-Reclusão	17
- Seção XII	- Dos prazos e carência	18
- Seção XIII	- Das disposições gerais relativas aos benefícios	18
TÍTULO II		
CAPÍTULO I	- DA ADMINISTRAÇÃO	21
- Seção I	- Do Conselho Deliberativo	21
- Seção II	- Do Conselho Fiscal	23
- Seção III	- Da Gerência de Previdência	26
- Seção IV	- Das disposições gerais da administração	31
- Seção V	- Dos Atos Normativos	31
TÍTULO III		
CAPÍTULO I	- DO PATRIMÔNIO E DO EXERCÍCIO SOCIAL	31
CAPÍTULO II	- DO PLANO DE CUSTEIO	33
CAPÍTULO III	- DAS CONTRIBUIÇÕES	33
CAPÍTULO IV	- DO SISTEMA DE COTAS	35
CAPÍTULO V	- DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS	36
TÍTULO IV		
CAPÍTULO I	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	36

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156

CERTIDÃO



CERTIFICO em virtude da Faculdade que me é conferida, que a cópia do (a) Lei 207/02 foi PUBLICADA no quadro de avisos no Hall de entrada desta Prefeitura no período de 19/06/02 a 05/07/02.
O referido é verdade.

Iguaracy 05 de 07 de 19/2002

Nézeu Mendes
Assinatura Lot. 356.

LEI Nº 207/2002

EMENTA: Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Municipal, do Município de IGUARACY, do Estado de Pernambuco, de conformidade com a Legislação Federal e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber que Câmara Municipal aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DO OBJETO

- Art. 1º - Reorganiza o Regime Próprio de Previdência do Município de IGUARACY, do Estado de Pernambuco, de que são beneficiários os servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos, e seus dependentes.
- Art. 2º - Cria o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, do Estado de Pernambuco, de conformidade com o art. 179, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, para atender a nova Legislação Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, Lei Federal nº 9.717 de 27/11/98), Lei Municipal nº 196, de 20.11.2001, e demais disposições legais, que passa a reger-se pela presente lei.

CAPÍTULO II
DA LEGISLAÇÃO, SEDE E FORO

- Art. 3º - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, observada a Legislação Federal pertinente, reger-se-á por esta Lei, regulamentos, normas, instruções e atos normativos, aprovados pelo seu Conselho Deliberativo.
- Art. 4º - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY terá como sede o Município de IGUARACY e como foro a Comarca de Afogados da Ingazeira, do Estado de Pernambuco, e ficará vinculado à Secretaria de Administração e Secretaria de Finanças do Município de IGUARACY, e sua duração será por prazo indeterminado.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



Art. 5º - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY obedecerá aos seguintes princípios:

- I. Universalidade de participação dos servidores municipais efetivos, ativos e inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição;
- II. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de entidades de classe de servidores ativos e inativos, e pensionistas;
- III. Inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total;
- IV. Custeio da previdência social dos servidores públicos municipais do Município de IGUARACY, mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento do Município e da contribuição compulsória dos servidores ativos e inativos;
- V. Subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei a padrões mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômico-financeira e conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;
- VI. Nas aplicações dos fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, além do disposto no inciso anterior, deverão ser observadas as normas federais sobre limites de aplicação de recursos a que estão sujeitos os Regimes Próprios de Previdência;
- VII. Subordinação da constituição de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei a critérios atuariais aplicáveis, tendo em vista a natureza dos benefícios;
- VIII. Observado o disposto no art. 37, Inciso XI da Constituição Federal, os proventos da aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da Lei;
- IX. Valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao menor salário mínimo vigente no país;
- X. Pleno acesso dos servidores às informações relativas à gestão dos órgãos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



- XI. Registro e controle das contas dos Fundos Garantidores e provisões do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY de forma distinta e apartada da conta do Tesouro Municipal;
- XII. Registro contábil individualizado das contribuições pessoais de cada servidor e dos entes estatais do Município de IGUARACY;
- XIII. Escrituração contábil observando as normas gerais de contabilidade aplicada às entidades fechadas de previdência privada;
- XIV. Identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os servidores inativos e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;
- XV. Submissão às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;
- XVI. A contribuição dos entes estatais do Município de IGUARACY não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição dos servidores públicos e dependentes;
- XVII. Vedação de utilização dos recursos, bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive aos entes estatais do Município de IGUARACY e aos servidores públicos municipais e dependentes, bem como a prestação assistencial, médica e odontológica; e
- XVIII. Vedação à aplicação de recursos e ativos constituídos em títulos públicos, com exceção de títulos de emissão do Governo Federal.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Art. 6º - A gestão previdenciária do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY terá sua operacionalização executada de forma autônoma e independente a da Prefeitura Municipal de IGUARACY podendo ser contratados serviços especializados de terceiros.

Art. 7º - Preservada a autonomia do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, o Regime Previdenciário a que se refere o artigo anterior, terá por finalidade:

- a) estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão, nos campos previdenciário, administrativo, técnico, atuarial e econômico-financeiro, observada a legislação federal;

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156

- b) fixar metas;
- c) estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades pela execução e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- d) avaliar desempenho, com aferição de sua eficiência e da observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade, e atendimentos aos preceitos constitucionais, legais, regulamentares, estatutários e regimentais aplicáveis;
- e) preceituar parâmetros para a contratação, gestão e dispensa de pessoal, sob o regime estatutário, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos, atividades e serviços e
- f) formalizar outras obrigações previstas em dispositivos desta Lei e da Legislação geral aplicável.

CAPÍTULO V DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 8º - Os beneficiários da previdência municipal de que trata esta Lei classificam-se em segurados e dependentes.

SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 9º - São segurados compulsórios da previdência municipal instituída por esta Lei:

- I. os servidores públicos ativos da Prefeitura Municipal de IGUARACY do Estado de Pernambuco, suas Autarquias e Fundações, e da Câmara Municipal de IGUARACY;
- II. os servidores públicos inativos da Prefeitura Municipal de IGUARACY, de suas Autarquias e Fundações e da Câmara Municipal de IGUARACY.

§ 1º - São considerados servidores públicos ativos, para efeito desta lei, aqueles ocupantes de cargos efetivos, que não se encontram em gozo de qualquer benefício de aposentadoria.

§ 2º - São considerados servidores públicos inativos, para efeito desta lei, aqueles que se encontram em gozo de qualquer um dos benefícios constantes do inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do artigo 12 desta Lei.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



Art. 10 – O servidor afastado em decorrência de reclusão ou detenção, licença para tratar de interesses particulares, para o exercício de mandato eletivo ou qualquer espécie de licença sem vencimentos, observada, no que couber, a Lei Municipal nº 196, de 20.11.2001, fica obrigado a recolher, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, a contribuição relativa a sua parte e a do Poder Público, levando em consideração o seu último vencimento, devidamente atualizada, sob pena de perda da qualidade de segurado.

§ 1º – O valor da contribuição deverá acompanhar os índices fixados no Plano Anual de Custeio.

§ 2º - Ficarão suspensos o direito aos benefícios, previstos nesta Lei, do segurado que deixar de recolher 2 (duas) parcelas consecutivas ou 4 (quatro) não consecutivas, sendo que somente poderá ser reabilitado a partir da quitação integral do débito.

§ 3º - O servidor afastado em decorrência de serviço militar obrigatório terá o tempo de afastamento contado para efeito de aposentadoria e as contribuições devidas por ele e pelo ente ao qual está vinculado serão recolhidas, integralmente, pelo ente municipal, durante o período de afastamento.

SEÇÃO II DOS DEPENDENTES

Art. 11 - São dependentes do segurado do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, sucessivamente:

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro, os filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos (*);

II – Os pais

III - Irmãos não emancipados, de qualquer condição menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos (*);

§ 1º - Os dependentes elencados no inciso I concorrem entre si para a percepção dos benefícios.

§ 2º - O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento do Imposto de Renda.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o(a) segurado(a), do sexo oposto, entidade familiar com convivência

() Redação dada pela Lei Municipal nº 209/2002, de 20/08/2002.*

C.N.P.J. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**87) 3837-1185/1156



duradura, pública e contínua, estabelecida com o objetivo de constituição de família, nos termos da legislação vigente.

§ 4º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I deste artigo é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 5º - O ex-cônjuge ou ex-companheiro separado, de fato ou de direito, e o divorciado concorrerá com os dependentes elencados no inciso I deste artigo, desde que tenha assegurado por decisão judicial o direito à percepção de pensão alimentícia.

CAPÍTULO VI DOS BENEFÍCIOS

Art. 12 - Os benefícios previstos na presente Lei consistem em:

I - quanto aos segurados (*):

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria voluntária por idade;
- c) aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- d) aposentadoria compulsória;
- e) aposentadoria especial do professor;
- f) auxílio-doença;
- g) abono anual;
- h) salário família;
- i) salário maternidade;

II - quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão; e
- c) abono anual.

Parágrafo único - O valor mensal dos benefícios previstos nesta lei não poderá ser superior ao valor da última remuneração do segurado, no cargo efetivo em que ocorreu a concessão do benefício.

SEÇÃO I DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 13 - O segurado será aposentado por invalidez, sendo os proventos:

() Redação dada pela Lei Municipal nº 209/2002, de 20/08/2002.*

C.N.P.J. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**87) 3837-1185/1156

- a) integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável;
- b) proporcionais ao tempo de contribuição, quando a invalidez permanente do segurado não se enquadrar nas condições especificadas na alínea anterior.

§ 1º - O valor do benefício da aposentadoria por invalidez será calculado com base na remuneração do servidor, sobre as quais tenha havido incidência de contribuição previdenciária.

§ 2º - Para o cálculo de proventos proporcionais a que se refere a alínea "b" deste artigo, seu valor corresponderá a 1/35 (um trinta e cinco avos) da totalidade da remuneração do servidor na data da concessão do benefício, por ano completo de contribuição, se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher.

§ 3º - Considera-se doença grave, contagiosa ou incurável, para fins do disposto neste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, hanseníase, esclerose múltipla, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante) e síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS). Considera-se também como doença grave, a cegueira total, de ambos os olhos, desde que caracterizada após o ingresso no serviço público, para os entes estatais do Município de IGUARACY, além de outras que a Lei assim definir.

§ 4º - A aposentadoria prevista no caput deste artigo só será concedida após a comprovação da invalidez do segurado, mediante perícia realizada por junta médica designada pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

§ 5º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando poderá ser aposentado, a critério do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

§ 6º - Verificada a incapacidade definitiva, o funcionário em disponibilidade pode ser aposentado, a critério do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

§ 7º - O funcionário em disponibilidade poderá ser aposentado na forma prevista na lei que instituiu o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

§ 7º - Sendo comprovada por junta médica designada pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, a reabilitação ou a recuperação do segurado aposentado por invalidez, será suspenso o pagamento do benefício.

SEÇÃO II

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156

Art. 14 - O segurado, servidor público efetivo, poderá se aposentar por idade, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que atenda às seguintes condições e requisitos mínimos cumulativamente:

- I. 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher; e
- II. tempo mínimo de 10 (dez) anos de exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 1º - Os proventos da aposentadoria voluntária por idade serão equivalentes a 1/35 (um trinta e cinco avos), se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher, por ano completo de contribuição previdenciária, tendo como base a última remuneração do cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 2º - O valor do provento calculado na forma do parágrafo anterior não poderá ser superior a 100% (cem por cento) da última remuneração, sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária para o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 3º - ... (**)

SEÇÃO III

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 15 – O segurado, servidor público titular de cargo efetivo, poderá se aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, desde que atenda às seguintes condições e requisitos mínimos cumulativamente:

- I. 60 (sessenta anos) de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher; e
- II. tempo mínimo de 10 (dez) anos de exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 1º - ... (**)

() Revogado pela Lei Municipal nº 209/2002, de 28/08/2002**



Art. 16 – O segurado que ingressou regularmente em cargo efetivo na administração pública até 15 de dezembro de 1998, poderá optar pela aposentadoria voluntária, com proventos integrais, quando cumulativamente:

- I. contar com 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;
- II. tiver 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- III. contar com tempo de contribuição previdenciária igual, no mínimo, à soma de:
 - a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do tempo de contribuição que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea “a” anterior.

Art. 17 – O segurado de que trata o artigo anterior poderá optar pela aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos proporcionais, quando cumulativamente:

- I. contar com 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos ou mais de idade, se mulher;
- II. tiver 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- III. contar com tempo de contribuição previdenciária igual, no mínimo, à soma de:
 - a) 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do tempo de contribuição que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante na alínea “a” anterior.

§ 1º - Os proventos da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, serão equivalentes a 70% (setenta por cento) do valor que o segurado poderia obter se se aposentasse com proventos integrais, acrescidos de 5% (cinco por cento) por ano completo de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso III do artigo anterior, até o limite de 100% (cem por cento).

§ 2º - ... (**)

() Revogado pela Lei Municipal nº 209/2002, de 28/08/2002**

C.N.P.J. 11.368.966/0001-00
E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo,02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**87) 3837-1185/1156



SEÇÃO IV DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 18 - O segurado ativo que completar 70 (setenta) anos de idade será aposentado compulsoriamente.

§ 1º - O valor do benefício da aposentadoria compulsória será calculado com base nos proventos proporcionais ao tempo de contribuição e serão equivalentes a 1/35 (um trinta e cinco avos), se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher, por ano completo de contribuição previdenciária.

§ 2º - O valor dos proventos, calculados na forma do parágrafo anterior, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) da última remuneração, sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária para o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

SEÇÃO V DA APOSENTADORIA ESPECIAL DO PROFESSOR

Art. 19 – O professor segurado que comprove efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, terá direito à aposentadoria especial, com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições e requisitos mínimos:

- I. 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher;
- II. 30 (trinta) anos de contribuição na função de magistério, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição na função de magistério, se mulher; e
- III. 10 (dez) anos, no mínimo, de exercício na função de magistério no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo, na função de magistério, em que se dará a aposentadoria.

§ 1º - Considera-se para efeito do disposto nesta Lei, como efetivo exercício nas funções de magistério, exclusivamente a atividade docente.



§ 2º - O segurado professor que tenha ingressado regularmente em cargo de magistério, até 15 de dezembro de 1998, poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que atenda as seguintes condições e requisitos cumulativamente:

- I. 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos ou mais de idade, se mulher;
- II. 5 (cinco) anos, no mínimo, na função de magistério, exclusivamente na atividade docente, na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, como servidor público efetivo da Prefeitura Municipal de IGUARACY ou da Câmara Municipal de IGUARACY;
- III. contar com tempo de contribuição previdenciária igual, no mínimo, à soma de:
 - a) 35 (trinta e cinco) anos de contribuição na função de magistério, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição na função de magistério, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data de 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" anterior.

§ 3º – Para efeitos da aposentadoria especial prevista no parágrafo segundo deste artigo, o tempo de serviço exercido efetivamente nas funções de magistério, até a data de 16 de dezembro de 1998 será contado, com acréscimo de 17% (dezesete por cento), se homem, e 20% (vinte por cento), se mulher.

SEÇÃO VI DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 20 - O auxílio-doença será concedido ao segurado que venha ficar incapacitado para o trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias e será pago durante o período em que permanecer incapaz, ou será transformado em aposentadoria por invalidez, a critério da perícia médica realizada por junta médica indicada pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

Parágrafo Único – O auxílio-doença, desde que preenchidos os requisitos para sua concessão, somente serão devidos, a contar:

- I. do décimo sexto dia da incapacidade, quando requerida até trinta dias depois deste;
- II. do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I.

Art. 21 - O auxílio de que trata o artigo anterior corresponderá à remuneração que o segurado recebia na data do afastamento e será pago mensalmente, durante o período em que, comprovadamente, e a critério da perícia médica realizada por profissional indicado pelo

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, persistir a incapacidade.

Parágrafo Único – O valor do benefício do primeiro e do último pagamento, após a alta médica, será calculado de forma a corresponder 1/30 (um trinta avos), por dia de afastamento, do valor da remuneração do segurado.

Art. 22 - O segurado em percepção do auxílio-doença fica obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames, tratamentos, processos de readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos por profissional médico indicado pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

Art. 23 - Durante os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, incumbe ao ente estatal do Município de IGUARACY a que o segurado estiver vinculado, o pagamento do auxílio-doença.

Art. 24 - *Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.*

I – Configura acidente em serviço, o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo Único – *Equipara-se ao acidente em serviço o dano:*

- a) Decorrente da agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;*
- b) Sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.*

II - O servidor acidentado em trabalho, que necessite de tratamento especializado, poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos do FUNPREVI.

Parágrafo Único – *O tratamento recomendado por Junta Médica Oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública.*

III - A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis quando as circunstâncias o exigirem.

SEÇÃO VII DO ABONO ANUAL

Art. 25 - Ao segurado ou dependente em gozo de benefício de prestação continuada será concedido o Abono Anual.



Art. 26 – O Abono de que trata o artigo anterior consiste em uma única parcela, equivalente ao último valor recebido a título de proventos no exercício, e será paga até o dia 20 do mês de dezembro do mesmo exercício.

Parágrafo Único - Será observada a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) do abono para cada mês de benefício efetivamente recebido, considerando-se como mês completo o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.

SEÇÃO VIII DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 27 - Ao segurado que tenha remuneração ou proventos iguais ou inferiores a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), será pago, mensalmente, o salário família de valor equivalente a 5% (cinco por cento) do menor salário mínimo vigente no país, por filho de até 14 anos, observado o disposto nos arts. 197, 198, 199 e 200, da Lei Municipal 196/2001.

§ 1º – O direito ao benefício de salário-família somente será adquirido a partir da data do requerimento, desde que preenchidos os requisitos para sua percepção.

§ 2º - O valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) previsto no *caput* deste artigo será corrigido, desde 15/12/98, pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – INSS.

Art. 28 – Quando o pai e a mãe forem segurados nos termos desta Lei, e viverem em comum, somente um deles terá direito ao salário-família.

Parágrafo Único – Caso não coabitem, o salário-família será concedido àquele que tiver os dependentes sob sua guarda.

SEÇÃO IX DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 29 - O salário maternidade é devido independentemente de carência à segurada, servidora pública efetiva, durante 120 (cento e vinte) dias, com início 28 (vinte e oito) dias antes e término 91 (noventa e um) dias depois do parto, considerando, inclusive, o dia do parto.

§ 1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso, anterior e posterior ao parto, podem ser aumentados em mais 2 (duas) semanas, mediante atestado médico fornecido por médico designado pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

C.G.C. 11.368.966/0001-00
E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



§ 2º - Para fins de concessão do salário maternidade, considera-se parto o nascimento, inclusive o de natimorto, mediante a apresentação da competente certidão.

§ 3º - Ocorrendo aborto não criminoso, comprovado por avaliação médica pericial, mediante atestado fornecido por médico credenciado pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, a segurada terá direito ao salário maternidade correspondente a 2 (duas) semanas.

§ 4º - À segurada servidora pública que tenha recebido salário maternidade será pago o Abono Anual proporcional ao período de duração do pagamento daquele benefício.

§ 5º - Se, por ocasião da concessão do salário maternidade, for verificado que a segurada encontra-se em gozo de auxílio-doença, este deverá ser cessado na véspera do início do referido benefício, devendo ser comunicado à perícia médica.

§ 6º - O salário maternidade da segurada, servidora pública efetiva, consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral no cargo efetivo em que se deu a licença maternidade.

Art. 30 – Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à Licença Paternidade de 05(cinco) dias consecutivos.

Art. 31 - *O auxílio natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.*

§ 1º - Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento) por nascituro.

§ 2º - O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

SEÇÃO X DA PENSÃO POR MORTE

Art. 32 - Ocorrendo o óbito do segurado, será devida a seus dependentes a pensão por morte de valor igual aos proventos do segurado falecido, se inativo, ou ao valor da aposentadoria que o segurado falecido teria direito na data do seu óbito, observados, no que couber, os arts. 215 a 225 da Lei Municipal 196, de 20.11.2001.

Art. 33 – Após seis meses de declarada judicialmente a ausência do segurado, será concedida pensão provisória aos dependentes.

§ 1º - Mediante prova inequívoca do desaparecimento do segurado, em virtude de acidente ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória, sendo dispensados a declaração e o prazo exigidos neste artigo.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156

§ 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão provisória, ficando os dependentes desobrigados de reembolso de quaisquer quantias já recebidas, salvo má fé.

SEÇÃO XI DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

Art. 34 - Aos Dependentes do segurado detento ou recluso que não esteja em gozo de aposentadoria ou auxílio-doença, será pago, mensalmente, enquanto perdurar esta situação, o auxílio-reclusão, observado, no que não contrariar a presente Lei, o disposto no art. 229, da Lei Municipal nº 196, de 20.11.2001.

§ 1º - Não será devido, em nenhuma hipótese, o pagamento do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado que tenha recebido, como última remuneração, valor superior a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), valor este que deverá ser corrigido desde 15/12/98, pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – INSS.

§ 2º - Em qualquer hipótese, o auxílio-reclusão somente será devido aos dependentes enquanto for mantida a qualidade de segurado.

§ 3º - O auxílio-reclusão será devido a contar da data:

- I. da reclusão, quando requerido até trinta dias depois desta;
- II. do requerimento, quando requerido após o prazo previsto no inciso I.

Art. 35 – O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês de remuneração ou provento.

I - No caso de acumulação de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

II - O auxílio será pago, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

III – Se o funeral for custeado por terceiros, este será indenizado na forma e no limite do valor fixado nos arts. 226 e 227 da Lei Municipal nº 196, de 20.11.2001.

IV – Em caso de falecimento do servidor em serviço fora do local de trabalho, as despesas do transporte do corpo será à conta dos recursos do FUNPREVI.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



SEÇÃO XII DOS PRAZOS E CARÊNCIA

Art. 36 - Os prazos de carência para gozo dos benefícios previstos nesta Lei são:

- I. para o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, 12 (doze meses) de contribuição em favor do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, salvo se a incapacidade for decorrente de acidente de qualquer natureza ou causa;

§ 1º - Não será exigida qualquer carência para o recebimento do salário maternidade, da pensão decorrente da morte do segurado, abono anual, auxílio-reclusão e salário-família.

§ 2º - Não estão sujeitos às carências previstas neste artigo os segurados que ingressaram, até 15/12/98, em cargo efetivo, no serviço público, no Município de IGUARACY, e seus respectivos dependentes.

SEÇÃO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS

Art. 37 – É de 5 (cinco) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo Único - Prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma da Legislação Civil.

Art. 38 – Com exceção do benefício de pensão por morte, durante o período de percepção de todo e qualquer benefício também serão devidas as contribuições previdenciárias ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, de conformidade com as disposições fixadas no artigo 72 desta lei.

Parágrafo único - No período de gozo do benefício, cabe ao ente estatal empregador recolher a parcela da contribuição a seu cargo, ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY. A parcela devida pelo segurado será descontada pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, quando do pagamento do benefício.

C.G.C. 11.368.966/0001-00
E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



Art. 39 - O segurado em gozo de auxílio-doença, ou aposentadoria por invalidez, está obrigado a se submeter, sob pena de suspensão do pagamento do benefício, periodicamente a exames médicos a cargo de junta médica designada pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, bem assim a tratamentos, processos, adaptações profissionais e demais procedimentos prescritos por aquele serviço médico.

Parágrafo Único - A periodicidade a que se refere o *caput* deste artigo será definida pela Gerência de Previdência do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, ouvida a Junta Médica, caso a caso, e nunca superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 40 - O benefício será pago diretamente a quem de direito ou a procurador constituído por mandato outorgado por instrumento público, o qual não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado ou revalidado.

Parágrafo Único - O procurador deverá firmar, perante o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, Termo de Responsabilidade, mediante o qual se compromete a comunicar qualquer fato que venha a determinar a perda da qualidade de procurador ou evento que possa invalidar a procuração, principalmente a superveniência de óbito ou incapacidade civil do outorgante, sob pena de incorrer nas sanções penais cabíveis.

Art. 41 - O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao representante legal, tutor ou curador, nos termos e requisitos da legislação civil.

Art. 42 - Todo segurado, dependente ou representante legal dos mesmos, assinará os formulários e fornecerá os dados e documentos exigidos periodicamente pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, para provar o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção dos benefícios, ou garantir a sua manutenção.

Parágrafo Único - O cumprimento dessa exigência é essencial para o recebimento dos benefícios, ou sua manutenção.

Art. 43 - Sem prejuízo da exigência de apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições necessárias para o recebimento dos benefícios, o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY poderá tomar providências no sentido de comprovar ou suplementar as informações fornecidas.

Art. 44 - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY poderá negar qualquer reivindicação de benefício, declará-lo nulo ou reduzi-lo, se por dolo ou culpa, forem omitidas ou declaradas falsamente informações para a obtenção de qualquer benefício.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



Art. 45 - Podem ser descontados dos benefícios pagos aos segurados ou dependentes:

- I. contribuições devidas ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- II. pagamento de benefício além do devido;
- III. impostos retidos na fonte, de conformidade com a legislação aplicável;
- IV. pensão de alimentos decretada em decisão judicial;
- V. outros débitos previstos em Lei e os débitos autorizados pelo servidor, desde que aceitos pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

§ 1º - Salvo o disposto neste artigo, o benefício não poderá ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito sua venda, alienação ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus de que seja objeto.

§ 2º - Na hipótese do Inciso II, o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas, ressalvada a existência de má fé, quando então não será o débito parcelado.

§ 3º - Somente poderão ser descontados os débitos existentes a partir da concessão do benefício e desde que não sejam superiores ao valor do benefício.

Art. 46 - Excetuada a hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições feitas ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY em hipótese alguma.

Art. 47 - Não será devido ao segurado e/ou dependentes o recebimento cumulativo de quaisquer um dos benefícios a seguir dispostos:

- I. Auxílio-doença;
- II. Aposentadoria de qualquer espécie;
- III. Auxílio-reclusão;
- IV. Salário-maternidade.

Art. 48 - Não será considerada, para qualquer efeito de contagem de tempo para a aposentadoria de qualquer espécie, a licença-prêmio do servidor.

C.G.C. 11.368.966/0001-00
E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



Art. 49 – Os proventos de aposentadoria, pensões, auxílio-doença e auxílio-reclusão, não poderão exceder, a qualquer título, à remuneração tomada como base para a concessão do benefício, sendo vedado o acréscimo de vantagens de caráter transitório à respectiva remuneração.

TÍTULO II
CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 50 – O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY terá a seguinte estrutura:

- I. Conselho Deliberativo;
- II. Conselho Fiscal; e
- III. Gerência de Previdência.

SEÇÃO I
DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 51 - O Conselho Deliberativo do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY será constituído de até 5 (cinco) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:

- I. dois servidores, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de IGUARACY, indicados pelo Prefeito, sendo que um deles, a critério do Prefeito, será o Presidente do Conselho Deliberativo;
- II. um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de IGUARACY, indicado pelo Poder Legislativo;
- III. um servidor, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de IGUARACY, ou por Sindicato representativo de parte dos servidores municipais, sendo do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município;
- IV. um representante da Sociedade Civil indicado pelo mesmo sindicato de servidores.

§ 1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.



§ 2º - Juntamente com os titulares e para cada um, será designado 01 (um) suplente respectivo, que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 3º - O mandato dos membros designados pelos Poderes Executivo e Legislativo será de 04 (quatro) anos, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 4º - O mandato dos membros indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos e os membros representantes da Sociedade Civil será de 03 (três) anos.

§ 5º - Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

§ 6º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

§ 7º - A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 8º - O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 9º - Os membros do Conselho Deliberativo deverão ser contribuintes ou beneficiários do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, com exceção dos representantes da Sociedade Civil.

§ 10 - O Presidente do Conselho Deliberativo do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY terá voz e voto de desempate nas reuniões do Conselho.

§ 11 - As reuniões e deliberações do Conselho Deliberativo serão lavradas em Livro de Atas.

§ 12 - As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo serão feitas por escrito.

Art. 52 - Ao Conselho Deliberativo compete:

- I. Deliberar sobre a política de investimentos do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- II. Deliberar sobre Regimento Interno do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Igaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



- III. Deliberar sobre as Diretrizes Gerais de atuação do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- IV. Deliberar sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargo e Salários;
- V. Deliberar sobre a Nota Técnica Atuarial e o Plano Anual de Custeio;
- VI. Deliberar sobre o Relatório Anual da Gerencia de Previdência;
- VII. Deliberar sobre os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e as Contas Anuais do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, após apreciados pelo Conselho Fiscal e Auditor Independente;
- VIII. Deliberar sobre a aceitação de bens e legados oferecidos ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- IX. Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargo;
- X. Deliberar sobre a Proposta Orçamentária anual, bem como suas respectivas alterações, elaborada pela Gerência de Previdência do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- XI. Deliberar sobre a contratação dos serviços especializados de terceiros para gestão técnica, operacional; e patrimonial;
- XII. Deliberar sobre a contratação de Consultoria Externa Técnica Especializada para desenvolvimento de Serviços Técnicos Especializados necessários ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, por indicação da Gerência de Previdência;
- XIII. Funcionar como órgão de aconselhamento à Gerência de Previdência do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, nas questões por ele suscitadas;
- XIV. Baixar Atos e Instruções Normativas, complementar ou esclarecedoras; e
- XV. Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei.

SEÇÃO II
DO CONSELHO FISCAL

C.G.C. 11.368.966/0001-00
E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



Art. 53 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:

- I. um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de IGUARACY, indicado pelo Prefeito;
- II. um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de IGUARACY, indicado pelo Poder Legislativo;
- III. um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de IGUARACY ou Sindicato representativo de parte dos servidores.

§ 1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

§ 2º - O mandato dos membros designados será de 03 (três) anos, o qual deverá coincidir com o dos Membros do Conselho Deliberativo indicados pelo Sindicato e pela Sociedade Civil, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 3º - Juntamente com os titulares e para cada um, será designado 01 (um) suplente, que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 4º - Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

§ 5º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de 02 (dois) votos.

§ 6º - A função de Conselheiro Fiscal não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 7º - O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 8º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente em sua primeira reunião ordinária, após a sua posse.

§ 9º - O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate;

§ 10 - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser servidores ativos, contribuintes do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



§ 11 – As reuniões e deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em Livro de Atas.

Art. 54 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Acompanhar a organização dos serviços técnicos e a admissão do pessoal;
- II. Acompanhar a execução orçamentária do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;
- III. Examinar as prestações efetivadas pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;
- IV. Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;
- V. Indicar, para contratação, perito de sua escolha para exame de livros e documentos;
- VI. Encaminhar ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com o seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Gerência de Previdência, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;
- VII. Requisitar à Gerência de Previdência e ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas e exigir as providências de regularização;
- VIII. Propor ao Gerente de Previdência do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;
- IX. Acompanhar o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal e notificar e interceder junto ao Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao Sistema Municipal, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos, denunciando e exigindo as providências de regularização, e adotando as providências de retenção dos impostos e taxas junto aos órgãos competentes para regularização das contribuições em atraso;

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



- X. Proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção ou denunciando irregularidades constatadas e exigindo as regularizações;
- XI. Examinar e dar parecer prévio nos Contratos e Acordos a serem celebrados pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, por solicitação da Gerência de Previdência;
- XII. Pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- XIII. Acompanhar os processos de concessão de benefícios, verificando sua legitimidade;
- XIV. Acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração dos recursos; e
- XV. Rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração;
- XVI. Proceder os demais atos necessários à fiscalização do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município de IGUARACY.

Parágrafo Único - Compete a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, não lhes sendo permitido envolver-se na direção e administração do mesmo.

SEÇÃO III DA GERÊNCIA DE PREVIDÊNCIA

Art. 55 - A Gerência de Previdência do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY será composta de um Gerente de Previdência e um Assistente Administrativo Financeiro.

§ 1º - Os cargos de Gerente de Previdência e de Assistente Administrativo Financeiro, serão ocupados por servidores municipais ocupantes de cargos efetivos e nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - Os servidores indicados deverão pertencer ao quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de IGUARACY, e possuírem nível superior de escolaridade e qualificação necessária.

C.G.C. 11.368.966/0001-00
E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



§ 3º - As deliberações da Gerência de Previdência serão registradas em Livro de Atas.

§ 4º - Será firmado Termo de Posse do Gerente e Assistente nomeados.

§ 5º - O cargo de Gerente de Previdência é de provimento em comissão, e será exercido por um servidor público efetivo, que receberá uma gratificação de função no valor equivalente a 15% (quinze por cento) da remuneração de seu cargo efetivo.

§ 6º - O cargo de Assistente Administrativo Financeiro é de provimento em comissão e será exercido por servidor público efetivo, que receberá uma gratificação de função no valor equivalente a 10% da remuneração de seu cargo efetivo.

§ 7º - Não poderão ser nomeados para as funções de Gerente de Previdência e Assistente Administrativo Financeiro, profissionais que tenham parentescos, até 3º grau, com membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, ou com ocupantes de cargos eletivos ou de confiança, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Art. 56 - Compete ao Gerente de Previdência:

- I. Representar o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY em juízo ou fora dele;
- II. Superintender e exercer a Administração Geral do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- III. Autorizar, conjuntamente com o Assistente Administrativo Financeiro, as aplicações e investimentos efetuados, atendido o Plano de Aplicações e Investimentos;
- IV. Celebrar, em nome do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os Contratos de Gestão e suas alterações, e as contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;
- V. Praticar, conjuntamente com o Assistente Administrativo Financeiro, os atos relativos à concessão dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei;
- VI. Elaborar em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, a proposta orçamentária anual do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, bem como as suas alterações;
- VII. Organizar o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado;
- VIII. Expedir instruções e ordens de serviços;

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



- IX. Organizar, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os serviços de Prestação Previdenciária do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- X. Assinar e assumir, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro os documentos e valores do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY e responder juridicamente pelos atos e fatos de interesse do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- XI. Assinar, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os cheques e demais documentos do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, movimentando os fundos existentes;
- XII. Encaminhar, para deliberação, as contas anuais da Instituição para o Conselho Deliberativo e para o Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente, quando for o caso;
- XIII. Propor, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, a contratação de Administradores de Carteiras de Investimentos do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY dentre as instituições especializadas do mercado, de Consultores Técnicos Especializados e outros serviços de interesse;
- XIV. Submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;
- XV. Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- XVI. *Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência.*

Art. 57 - Compete ao Assistente Administrativo Financeiro:

- I. Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como, baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro;
- II. Elaborar e transcrever em livros próprios os contratos, termos, editais e licitações;
- III. Supervisionar o serviço de relações públicas e os de natureza interna;
- IV. Administrar a área de Recursos Humanos do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;

C.G.C. 11.368.966/0001-00
E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



- V. Assinar juntamente com o Gerente de Previdência, todos os atos administrativos referentes à admissão, contrato, demissão, dispensa, licença, férias, afastamento dos serviços da autarquia, bem como, os cheques e requisições junto às instituições financeiras;
- VI. Cuidar para que até o décimo dia útil de cada mês, sejam fornecidos os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;
- VII. Manter a contabilidade financeira, econômica e patrimonial, em sistemas adequados e sempre atualizados, elaborando balancetes e balanços, além de demonstrativos das atividades econômicas deste Fundo;
- VIII. Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, e dar publicidade da movimentação financeira;
- IX. Elaborar orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como todas as resoluções atinentes à matéria orçamentária ou financeira e o acompanhamento da respectiva execução;
- X. Apresentar periodicamente os quadros e dados estatísticos que permitam o acompanhamento das tendências orçamentárias e financeiras para o exercício;
- XI. Providenciar a abertura de créditos adicionais, quando houver necessidade;
- XII. Efetuar tomada de caixa, em conjunto com o Gerente de Previdência;
- XIII. Organizar, anualmente, o quadro de fornecedores, opinando sobre o mesmo e submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;
- XIV. Organizar e acompanhar as licitações dando o seu parecer para o respectivo julgamento;
- XV. Supervisionar o Setor de Compras, Almoxarifado e Patrimônio do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, através de sistema próprio, verificando periodicamente os estoques, bem como o controle e conservação de material permanente;
- XVI. Manter os serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como fiscalização do consumo de material, primando pela economia;
- XVII. Supervisionar os serviços de segurança, limpeza, portaria e serviços gerais do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



- XVIII. As ações de gestão orçamentária de planejamento financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil, as aplicações em investimentos em conjunto com o Gerente de Previdência e deliberado pelo Conselho Deliberativo e o gerenciamento dos bens pertencentes ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, velando por sua integridade.
- XIX. Manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o Patrimônio do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.
- XX. Proceder a contabilização das receitas, despesas, fundos e provisões do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, dentro dos critérios contábeis geralmente aceitos e expedir os balancetes mensais, o balanço anual e as demais demonstrações contábeis;
- XXI. Propor a contratação dos Administradores de Ativos e Passivos Financeiros do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY e promover o acompanhamento dos Contratos;
- XXII. Manter atualizado o cadastro dos servidores segurados ativos e inativos, e de seus dependentes, tanto da Prefeitura, da Câmara Municipal e demais órgãos empregadores municipais vinculados ao Instituto de Previdência do Município de IGUARACY;
- XXIII. Providenciar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY aos segurados e dependentes, de acordo com os dispositivos legais;
- XXIV. Responder pela exatidão das carências e demais condições exigidas para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requererem;
- XXV. Proceder o atendimento e a orientação aos segurados quanto aos seus direitos e deveres para com o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- XXVI. Proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder;
- XXVII. Propor a contratação de Atuário para proceder as revisões atuariais do Sistema Previdenciário Municipal;
- XXVIII. Substituir o Gerente de Previdência em seus impedimentos eventuais.

Art. 58 - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, para a execução de seus serviços, terá pessoal requisitado da municipalidade, dentre os seus servidores, os quais serão colocados à sua disposição com todos os seus direitos e

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



vantagens asseguradas, garantias e deveres previstos em Lei, não podendo perceber remuneração adicional.

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 59 - Os membros representantes dos diversos órgãos colegiados da Estrutura Administrativa do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY não poderão acumular cargos no Instituto, mesmo que indicados para órgãos diferentes e por diferentes entes municipais ou entidades.

SEÇÃO V DOS ATOS NORMATIVOS /

Art. 60 - O Conselho Deliberativo, por sua iniciativa ou solicitação da Gerência de Previdência ou do Conselho Fiscal, deliberará quanto à emissão de instruções e normas operacionais em atos normativos.

Parágrafo Único - Os atos normativos serão emitidos sobre assuntos omissos em Lei, ou em complemento desta, com o objetivo de esclarecer.

TÍTULO III CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO E DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 61 - O patrimônio do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY será autônomo, livre, desvinculado de qualquer outra entidade ou ente municipal e constituído de:

- I. contribuições compulsórias do Município (Prefeitura e Câmara Municipal) e demais órgãos empregadores de que trata esta Lei; dos servidores ativos e inativos, conforme disposto, no artigo 72 desta Lei;
- II. receitas de aplicações de patrimônio;
- III. produto dos rendimentos, acréscimos ou correções provenientes das aplicações de seus recursos;
- IV. compensações financeiras obtidas pela transferência das Entidades Públicas de Previdência Federal, Estadual e Municipal;
- V. subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal; e

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



VI. dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza, desde que lícita.

Art. 62 - Os recursos financeiros e patrimoniais do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, garantidores dos benefícios por este assegurados serão aplicados, por intermédio de Instituições Privadas ou Públicas contratada. O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY aplicará o seu patrimônio no País, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo e de acordo com a determinação do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo Único - As diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo deverão orientar-se pelos seguintes objetivos:

- a) segurança dos investimentos;
- b) rentabilidade real compatível com as hipóteses atuariais; e
- c) liquidez das aplicações para pagamento dos benefícios.

Art. 63 - O exercício social terá duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

Art. 64 - Caberá ao Gerente de Previdência e ao Assistente Administrativo Financeiro a administração e gestão do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, ouvido o Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - A administração e gestão do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY poderá ser terceirizada.

Art. 65 - Os recursos a serem despendidos pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, a título de Despesas Administrativas e de Custeio de seu funcionamento, não poderão, em hipótese alguma, exceder o percentual fixado no Plano Anual de seu Custeio.

Art. 66 - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY deverá manter os seus registros contábeis próprios, em Plano de Contas, que espelhe com fidedignidade a sua situação econômico-financeira e patrimonial de cada exercício, evidenciando, ainda, as despesas e receitas previdenciárias, assistenciais, patrimoniais, financeiras e administrativas, além de sua situação ativa e passiva, respeitado o que dispõe a legislação vigente.

Art. 67 - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao Prefeito e à Câmara Municipal, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



Art. 68 - É vedado ao FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY atuar como instituição financeira, conceder empréstimo, aval, aceite, bem como prestar fiança, ou obrigar-se de favor por qualquer outra forma.

Art. 69 - No caso de licença do servidor, com redução de salário mensal, fundamentada por direito constante do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, as suas contribuições mensais, bem assim eventuais obrigações contraídas com o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY que guardem proporção com seus vencimentos terão como base o último vencimento total mensal recebido.

Art. 70 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, e os Vereadores não são considerados segurados do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, não havendo, desta forma, contribuições destes para o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, salvo se além da condição acima, sejam, também, servidores públicos efetivos dos entes estatais do Município de IGUARACY.

CAPÍTULO II DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 71 - A previdência municipal estabelecida por esta Lei será custeada mediante recursos de contribuições compulsórias do Município, Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e outros Órgãos empregadores abrangidos por esta Lei e dos segurados, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos.

§ 1º - O Plano Anual de Custeio deverá ser elaborado por Assessoria Atuarial com registro no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária.

§ 2º - A Assessoria Atuarial, ao elaborar o Plano Anual de Custeio, deverá projetar as reservas de forma segregada, referente aos segurados e dependentes inativos, em data anterior à vigência desta Lei, para efeito de registro contábil, acompanhamento e controle de sua cobertura.

CAPÍTULO III DAS CONTRIBUIÇÕES

*Art. 72 - São receitas do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY:

- I. a contribuição mensal compulsória dos servidores sobre a respectiva remuneração, inclusive sobre o Abono Anual, no valor de **11,00%**;

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156

- II. a contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara, Autarquia e Fundações Públicas do Município no valor de 12,51% da folha de pagamento, inclusive sobre o Abono Anual;
- III. a contribuição mensal compulsória dos inativos, no valor de **9,00%** sobre os respectivos proventos, inclusive sobre o Abono Anual;
- IV. os rendimentos e juros provenientes da aplicação dos recursos do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY;
- V. doações, legados e outras receitas.

§ 1º - As contribuições dos servidores em atividade e as previstas no inciso II deste Artigo serão creditadas na conta do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY até o dia dez subsequente ao da competência.

§ 2º - Sobre as contribuições mencionadas no parágrafo anterior, não creditadas na conta do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, no prazo estabelecido, incidirão multa de 2% (dois por cento) e juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o débito atualizado pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou pelo índice que vier eventualmente a substituí-lo, até a data de seu efetivo pagamento, sendo da responsabilidade do Conselho Deliberativo do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY as ações necessárias, inclusive judiciais, se for o caso, para garantir os recolhimentos pelos órgãos empregadores de que trata essa lei.

§ 3º - Se as referidas contribuições não forem creditadas até o 30º dia do mês subsequente ao da competência, fica o Conselho Deliberativo do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY autorizado a promover a retenção do valor correspondente junto à Secretaria de Estado da Fazenda, a ser levado a débito no produto da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

§ 4º - O disposto no parágrafo anterior se aplica quanto aos débitos devidos pelo Executivo, pelo Legislativo, pelas Autarquias e pelas Fundações Públicas do Município de IGUARACY.

Art. 73 – As contribuições previdenciárias previstas no artigo anterior serão revistas e fixadas anualmente no Plano Anual de Custeio elaborado pela assessoria atuarial contratada pelo FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

§ 1º - Se o segurado vier a exercer cargo em comissão, a contribuição será calculada sobre o total de vencimentos.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



§ 2º - Se o segurado vier a exercer cargo em substituição ou função gratificada ou a responder pelas atribuições de cargo vago, a contribuição será calculada sobre o total de vencimentos.

§ 3º - Na hipótese de acumulação permitida em Lei, a contribuição será calculada sobre os totais de vencimentos correspondentes aos cargos acumulados.

Art. 74 - As contribuições a que se refere o artigo 72 desta Lei incidirão também sobre o décimo terceiro salário (abono anual).

Art. 75 - O Prefeito do Município, o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes de Autarquias e Fundações e os ordenadores de despesa serão responsabilizados, solidariamente, na forma da Lei, caso o recolhimento das contribuições dos Órgãos sob sua responsabilidade não ocorram na data e condições desta Lei.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE COTAS

Art. 76 - As contribuições ao Instituto serão controladas pelo Sistema de Cotas, de forma a espelhar a situação individual dos segurados no último dia de cada mês, em função do fluxo de recursos e dos resultados obtidos com a sua aplicação financeira dos recursos patrimoniais do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

Art. 77 - As contribuições dos entes estatais do Município de IGUARACY serão controladas e convertidas em cotas no final de cada mês.

Art. 78 - As cotas referidas nos artigos 76 e 77 anteriores serão avaliadas mensalmente em função dos resultados obtidos com a aplicação do patrimônio do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, depois de deduzidas as respectivas despesas.

Art. 79 - A cada ano o FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY fornecerá aos segurados um extrato contendo no mínimo:

- I. valor das contribuições feitas pelo segurado e pelos entes do Município de IGUARACY, mês a mês, no semestre;
- II. valoração da cota no período;
- III. valor unitário das cotas; e
- IV. quantidade de cotas do segurado.

Art. 80 - Quando do início das atividades do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY o valor da cota será de R\$ 1,00 (um real).

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



CAPÍTULO V DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS

Art. 81 - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY publicará a presente Lei no Murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, assim como o material explicativo que descreva as características principais dos benefícios previdenciários e o Plano de Custeio.

Art. 82 - O FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY afixará em quadro de avisos o Relatório Anual de Atividades contendo os pareceres dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da assessoria atuarial e dos Auditores Independentes, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior, para conhecimento dos seus segurados e dependentes.

TÍTULO IV CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 83 - Os Bens e direitos constituídos com as contribuições com finalidades previdenciárias para a constituição de um fundo de previdência para a cobertura do Regime Próprio de Previdência do Município de IGUARACY deverão ser integralmente repassadas para a conta do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY.

Art. 84 - Fica vedada a utilização dos fundos, reservas e provisões garantidores dos benefícios previdenciários para o pagamento dos serviços assistenciais de qualquer espécie.

*Art. 85 - Além das contribuições previstas no artigo 72 desta Lei, os entes estatais do Município de IGUARACY contribuirão mensalmente com 12,51% do total da folha de pagamentos dos servidores ativos, por um período de 30 anos ou até que seja integralmente coberto o déficit técnico apontado na avaliação atuarial, data base março de 2000, quadro abaixo:

Fundo de Previdência	R\$ 62.645,39
Reserva Matemática	R\$ 3.159.427,03
Déficit-Técnico Total	R\$ 3.096.781,64

§ 1º - A contribuição prevista no caput deste artigo deverá ser creditada na conta do FUNPREVI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY até o dia dez do mês a que se referir.

§ 2º - Em caso de atraso ou inadimplemento da obrigação prevista no caput deste artigo, aplicam-se as mesmas disposições previstas nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 71.

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP: 56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156



§ 3º - As retenções de contribuições realizadas a partir do cancelamento do Convênio de Seguridade Social mantido com o IPSEP, até a vigência desta Lei e depositadas em conta específica para contribuição do Fundo de Previdência Municipal, poderão ser utilizadas para ressarcimento do pagamento dos aposentados municipais realizado pelo tesouro Municipal no período considerado.

Art. 86 – Para os efeitos das disposições desta Lei, são equiparados aos Servidores Públicos Efetivos, os Servidores Comissionados, enquanto perdurar a medida judicial impetrada pelo Município de IGUARACY.

§ 1º - Ocorrendo decisão da justiça, transitada em julgado, favorável à equiparação mencionada no *caput* deste artigo, os Servidores Comissionados terão sua condição equiparada aos Servidores Públicos Efetivos, para os efeitos desta Lei.

§ 2º - Na hipótese em que a decisão da justiça, transitada em julgado, não reconhecer a equiparação, os valores das contribuições previdenciárias dos Servidores Comissionados serão utilizados para o recolhimento das contribuições junto ao Regime Geral de Previdência Social – INSS.

Art. 87 – Será respeitado o direito adquirido dos segurados que, até 15 de dezembro de 1998, tenham completado todos os requisitos e condições para o gozo dos benefícios previdenciários, previstos nas disposições legais vigentes até aquela data.

Art. 88 - Esta Lei e suas disposições gerais e transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Iguaracy PE, 19 de junho de 2002.

FRANCISCO DESSOLES MONTEIRO
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY

CERTIDÃO

CERTIFICO em virtude da Faculdade que me é conferida, que a cópia do (a) Lei 207/02 foi PUBLICADA no quadro de avisos no Hall de entrada desta Prefeitura no período de 19/06/02 a 05/07/02.
O referido é verdade.
Iguaracy 05 de 07 de 2002

Assinatura

Int. 356

C.G.C. 11.368.966/0001-00

E-mail: pmiguarac@uol.com.br

Praça Antonio Rabelo, 02-Centro-Iguaracy-PE-CEP:56.840-000-Fone/Fax (0**81) 3837-1185/1156